

Sexta-Feira, 05 de Junho de 2026

Redação perfeita, ideias frágeis

PAULA TAVARES

Não há como negar que a inteligência artificial deixou de ser uma promessa distante para se tornar uma ferramenta cada vez mais presente no cotidiano. Seja na elaboração de trabalhos acadêmicos, relatórios, petições, e-mails, legendas de fotos ou simples mensagens, os textos passaram a ser produzidos com correção gramatical quase impecável e em uma velocidade que impressiona.

À primeira vista, esse avanço parece apenas positivo. Afinal, escrever melhor, com menos erros, sempre foi um objetivo desejável. No entanto, por trás dessa aparente evolução, surge um fenômeno mais sutil e preocupante: a progressiva terceirização do pensamento.

A facilidade proporcionada pelas ferramentas de inteligência artificial tem incentivado uma postura cada vez mais passiva diante da escrita. Em vez de organizar ideias, refletir sobre argumentos e construir um raciocínio próprio, observa-se uma crescente tendência de delegação dessa tarefa à tecnologia. O resultado são textos formalmente corretos, mas frequentemente genéricos, pouco críticos e, por vezes, desconectados da realidade concreta de quem os utiliza.

Esse cenário traz implicações relevantes, inclusive no campo jurídico. A prática do Direito exige não apenas domínio da norma, mas capacidade analítica, senso crítico e responsabilidade na construção de argumentos. A utilização indiscriminada de inteligência artificial pode comprometer justamente essas competências, ao substituir o esforço intelectual por respostas prontas, ainda que bem redigidas.

Não se trata de rejeitar a tecnologia. Pelo contrário, a inteligência artificial pode, e deve, ser utilizada como ferramenta de apoio, capaz de otimizar tempo e ampliar o acesso à informação. O problema reside no uso acrítico e excessivo, que transforma um instrumento em substituto da própria atividade intelectual.

Com o tempo, essa dependência tende a tornar o raciocínio mais lento e menos autônomo. Basta observar o que ocorreu com os aplicativos de navegação. Se antes as pessoas memorizavam trajetos, nomes de ruas e pontos de referência, hoje não é raro que se percam em percursos simples sem o auxílio da tecnologia. Da mesma forma, se antes eram capazes de decorar dezenas de números de telefone, hoje se tornam reféns de agendas digitais. Como diz o ditado: “quem não exercita, atrofia”, e com o pensamento não é diferente.

Há, ainda, um risco menos evidente, mas igualmente relevante: a padronização do discurso. À medida que mais pessoas recorrem às mesmas ferramentas, os textos tendem a seguir estruturas e estilos semelhantes, empobrecendo o debate público e reduzindo a diversidade de perspectivas. Em um ambiente democrático, a pluralidade de ideias é um valor essencial e não pode ser sacrificada em nome da mera conveniência.

Diante desse contexto, o desafio que se impõe não é tecnológico, mas humano. É preciso resgatar o papel ativo do indivíduo na produção do conhecimento, utilizando a inteligência artificial como aliada, e não como substituta. Escrever bem não deve significar apenas evitar erros gramaticais, mas expressar pensamento

próprio, crítico e consciente.

Em tempos de respostas instantâneas, talvez o verdadeiro diferencial esteja justamente naquilo que nenhuma máquina pode oferecer plenamente: a autenticidade do pensamento.

Paula Tavares é advogada, mestre em Administração Pública e assessora jurídica do Tribunal de Contas de Mato Grosso